

TRF1 elege nova Administração para o biênio 2020-2022



“Agradeço aos desembargadores pela confiança a mim depositada e me comprometo a evitar todos os meus esforços para bem gerir os interesses do nosso Tribunal Regional Federal da 1ª Região”, destacou o desembargador federal I'talo Mendes.

Assim como o presidente eleito, o vice-presidente escolhido, desembargador federal Francisco de Assis

Durante sessão plenária realizada no dia 6 de fevereiro, os membros do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) elegeram os novos dirigentes que estarão à frente da gestão da Corte no biênio 2020-2022. Foram eleitos para a Presidência do Tribunal o desembargador federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes; para a Vice-Presidência o desembargador federal Francisco de Assis Betti, e para a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região a desembargadora federal Ângela Catão.

O presidente do TRF1, desembargador federal Carlos Moreira Alves, que conduziu a sessão, proclamou o resultado da eleição e parabenizou os eleitos.

O presidente eleito, em seu discurso, agradeceu a seus pares pela confiança a ele conferida e se comprometeu a realizar um bom trabalho em prol do Tribunal.

Betti, também se comprometeu a defender os interesses da Justiça Federal da 1ª Região e agradeceu a todos pela indicação de seu nome para compor a Administração durante os dois próximos anos. *“Agradeço a Deus, aos meus protetores espirituais, à minha família, a todos os membros desta Corte, aos funcionários do meu gabinete que estão aqui presentes. Fico muito feliz com esta honrosa indicação”, disse emocionado Francisco Betti.*

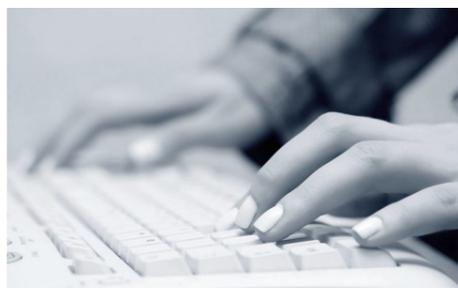
A nova corregedora regional da Justiça Federal da 1ª Região eleita, desembargadora federal Ângela Catão, ressaltou que vai se dedicar com afinco à nova função e espelhar-se nos ex-corregedores do Tribunal que, segundo a magistrada, são inspirações para ela.

Os desembargadores foram eleitos para os cargos de direção de acordo com o disposto nos arts. 9º, II, e 18 do Regimento Interno do TRF1 (RITRF1), os quais preveem que a escolha dos magistrados para a gestão do Tribunal seja feita preferencialmente entre os desembargadores mais antigos.

Agora, os dirigentes eleitos deverão indicar formalmente a equipe de transição, com coordenador e membros de todas as áreas do Tribunal, que terá acesso integral aos dados e às informações referentes à gestão em curso. Já os dirigentes no exercício do mandato deverão designar interlocutores ao coordenador da equipe de transição, recaindo essa indicação, preferencialmente, sobre os titulares das unidades responsáveis pelo processamento e pela execução da gestão administrativa.

Fonte: TRF1

Parceria entre CNJ e STF disponibiliza cursos à sociedade



Para apoiar a qualificação da sociedade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) lançaram, no dia 03/02, o STF Educa. O programa tem por objetivo oferecer cursos online gratuitos e de qualidade, que serão atualizados a cada dois meses.

Neste ciclo, foram disponibilizados três cursos: “Atualização Gramatical”, com carga horária de 27 horas; “Introdução ao Direito Constitucional e ao Controle de Constitucionalidade”, com carga horária de 19 horas; e “Quando nasce um pai: orientações básicas sobre paternidade responsável”, com 8 horas de duração.

Para participar, a pessoa precisa informar seus dados na plataforma de educação à distância do CNJ, mantida pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud/CNJ). Após isso, ela recebe um e-mail de confirmação e já tem acesso às aulas.

Os conteúdos foram adaptados para permitir o aprendizado sem tutoria. Para receber o certificado de conclusão, as pessoas precisam obter aproveitamento mínimo de 70% nas atividades e preenchimento do questionário de avaliação. O prazo final para conclusão é dia 31 de março.

A partir de abril, serão abertas novas turmas. No total, serão cinco ciclos disponibilizados para o público, com inscrições a partir de 3 de fevereiro, 1º de abril, 1º de junho, 3 de agosto e 1º de outubro.

Cursos abertos - O CEAJud/CNJ desenvolve ainda diversos outros cursos, todos na modalidade à distância, que são abertos a toda a sociedade. Atualmente, sete treinamentos estão disponíveis: Gestão da Qualidade (10h); Metodologia de Análise e Solução de Problemas (10h); Saúde Mental e Trabalho no Poder Judiciário (35h); Conhecendo o Poder Judiciário e o Papel do CNJ (5h); Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (24h); Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade (15h); e Oficina de Pais e Mães Online (20h).

Para participar desses cursos gratuitos, acesse o Portal CNJ no link <http://bit.ly/39jjOq0>. O processo de inscrição é semelhante ao do STF Educa.

Fonte: CNJ

JFH HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



11/02/10 - Justiça Federal realiza segunda série de audiências públicas na Chapada Diamantina - A Subseção Judiciária de Jequié realizará neste mês de fevereiro duas novas audiências públicas na Chapada Diamantina. A segunda série de audiências acontecerá na Câmara Municipal de Mucugê, no dia 26/02, e na praça São Sebastião, distrito de Caeté Açu, município de Palmeiras, no dia 27/02.

As audiências dão continuidade ao objetivo de colher informações para a Ação Civil Pública n. 2009.33.08.000254-5 movida pelo Ministério Público Federal contra a União Federal, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade.

No ano passado, entre os dias 12 e 14 de novembro, foram realizadas quatro audiências públicas nos municípios de Andaraí e Mucugê, e nos Distritos de Guiné de Cima e Caeté-Açu. O procedimento novamente será presidido pelo juiz federal substituto da 4ª Vara, no exercício da titularidade plena da Subseção Judiciária de Jequié, Leonardo Tochetto Pauperio.

O magistrado recentemente retornou de uma visita à Chapada Diamantina, onde confirmou a redução na incidência de incêndios. Segundo o juiz, apesar de neste período do ano o índice pluviométrico costumar ser maior, a região ficou por mais de duas semanas sem chuvas e ainda assim os incêndios se reduziram.

Na visão do juiz federal substituto, as primeiras audiências públicas levaram esclarecimentos à população da região e despertaram nas comunidades a necessidade de maior preservação, reduzindo a prática da piromania, quando pessoas simplesmente ateam fogo na mata sem nenhuma justificativa, mas apenas por hábito. Muitas vezes, os incendiários nem mesmo pretendem fabricar carvão ou preparar o solo para plantio, mas apenas provocar o fogo.

A segunda bateria de audiências será mais rápida e contará com o apoio de dois agentes de segurança da Seção Judiciária em vez dos seis agentes que estiveram nas audiências iniciais para a garantia da ordem e segurança dos presentes. (...)

Aniversariantes

Hoje: Sheila Ferraz da Silva Gondim (3ª Vara), Delvane Pinheiro De Almeida (Feira de Santana), José Airtton Patricio Barros (NUCJU), Milena Pereira Lopes de Santana (20ª Vara), Sonia De Jesus Custodio (Mega Service) e Augusto Emanuel Pinho Santos (VIPAC).

Amanhã: Juíza federal substituta Danelie Abreu Danczuk (Guanambi) e Maria Clara Marques da Silva Tenório (Paulo Afonso).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.